

Política de Privacidade

Informação sobre a proteção de dados relativo às atividades de tratamento dos SMCB



Índice

Sobre nós.....	2
O que são dados pessoais.....	2
Dados pessoais que tratamos.....	3
Como tratamos os seus dados pessoais	3
Conservação dos dados	5
Motivos por que partilhamos dados e transferência de dados pessoais	5
Segurança dos dados pessoais	6
Os direitos dos titulares dos dados.....	6
Redes Sociais	7
Informações de contacto.....	7
Atualizações.....	8
Legislação aplicável.....	8

Política de Privacidade

A sua privacidade é importante para nós! Os Serviços Municipalizados de Castelo Branco (SMCB) respeitam e valorizam a privacidade de todos os que interagem connosco e só recolheremos e utilizaremos os seus dados pessoais das formas aqui descritas, de uma forma que seja consistente com as nossas obrigações e os seus direitos ao abrigo da lei.

Por favor, leia atentamente esta Política de Privacidade e assegure-se de que a compreende.

SOBRE NÓS

Os Serviços Municipalizados de Castelo Branco (SMCB) são um organismo público, sem personalidade jurídica, que integra a estrutura organizacional do Município, dotados de autonomia administrativa e financeira, geridos sob a forma empresarial e dirigidos por um Conselho de Administração, nos termos dos artigos 8.º a 18.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Pode contactar-nos por correio Av. Nuno Álvares, nº 32 - R/Ch, 6000-083 Castelo Branco, por correio eletrónico para geral@sm-castelobranco.pt ou por telefone para 272 340 500.

Temos nomeado um Encarregado de Proteção de Dados que poderá ser contactado a partir do email dpo@sm-castelobranco.pt.

A autoridade de proteção de dados que principalmente nos regula é a autoridade portuguesa – Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

Como responsáveis pelo tratamento dos seus dados os SMCB:

- Asseguram que o tratamento dos seus dados pessoais é efetuado no âmbito da(s) finalidade(s) para os quais os mesmos foram recolhidos ou para finalidades compatíveis com o(s) propósito(s) inicial(is);
- Assumem o compromisso de implementar uma cultura de minimização de dados em que apenas se recolhe, utiliza e conserva os dados pessoais necessários;
- Não procedem à divulgação ou partilha dos seus dados pessoais para fins comerciais ou de publicidade.

O QUE SÃO DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais são definidos pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e pela Lei 58/2019, 8 de agosto (coletivamente, “a Legislação de Proteção de Dados”), como “informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador”.

Os dados pessoais são, em termos mais simples, qualquer informação a seu respeito que permita a sua identificação. Os dados pessoais abrangem informações óbvias tais como o seu nome e detalhes de contacto, mas também abrangem informações menos óbvias tais como dados de localização, coordenadas eletrónicas, e outros identificadores.

DADOS PESSOAIS QUE TRATAMOS

Os dados pessoais que tratamos dependem do contexto das suas interações com os SMCB, e dos SMCB consigo. Assim como, nos casos previstos na lei, pelas entidades/autoridades competentes.

Deste modo, os dados que recolhemos podem incluir o seguinte:

- **Dados de identificação**, incluindo nome, idade/data de nascimento, número de identificação civil, nacionalidade, imagem, código de cliente;
- **Dados de contacto**, incluindo morada, número de telefone/telemóvel e endereço de email;
- **Dados de faturação**, incluindo NIF, montante cobrado, método de pagamento, IBAN e respetiva data de transação;
- **Dados financeiros**, incluindo IRS, comprovativos de atribuição de benefícios;
- **Dados de vida familiar**, incluindo situação habitacional, dados do agregado familiar, estado civil;
- **Dados sobre a vida profissional**, incluindo situação profissional, escolaridade e formação;
- **Dados de navegação na internet**, incluindo IP, *device fingerprint*, cookies, interações;
- **Perfis**, incluindo perfil de consumo;
- **Outros dados de categoria não especial**, incluindo número do contador, leituras;
- **Dados de categoria especial**, incluindo relativos à saúde e dados biométricos.

Também recolhemos as informações que nos fornece e o conteúdo das mensagens que nos envia, tais como comentários, sugestões, críticas/reclamações e denúncias que não sejam anónimas.

COMO TRATAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS

Tratamos os dados pessoais que nos disponibiliza para as finalidades abaixo indicadas.

- **Prestação dos nossos serviços**, podemos utilizar os dados, inclusive dados de categoria especial, para efeitos de prestação dos nossos serviços e cumprimento do contrato realizado.
- **Comunicações**, podemos enviar-lhe através de diferentes canais de comunicação, nomeadamente, SMS, correio eletrónico, informação sobre o atendimento, resposta a pedidos, realização de inquéritos ou divulgação e promoção das nossas atividades.

- **Segurança e proteção dos indivíduos**, dispomos de câmaras de videovigilância nas Oficinas e no Pavilhão da higiene e limpeza para a finalidade de segurança de pessoas e bens, e um canal de denúncias interno e externo.
- **Recrutamento**, procedemos à recolha e tratamento de dados pessoais dos candidatos.
- **Relação laboral**, procedemos à recolha e tratamento de dados pessoais dos trabalhadores.
- **Estágios e voluntários**, procedemos à recolha e tratamento de dados pessoais no âmbito de estágios curriculares/IEFP, voluntários e programas específicos de reabilitação.
- **Vídeos e imagem**, poderemos tratar os seus dados, nomeadamente a sua imagem, para publicação de fotografias ou vídeos com a finalidade de divulgação, interna e externa, da nossa atividade, por exemplo no website e redes sociais.

Ao abrigo da legislação de proteção de dados, devemos ter sempre um fundamento de licitude para utilizar os seus dados pessoais. Assim, o tratamento assentará nos seguintes fundamentos:

- O seu consentimento;
- Execução de um contrato em que o titular é parte ou durante as diligências pré-contratuais;
- Cumprimento de uma obrigação legal a que estamos sujeitos;
- No exercício de funções do interesse público; ou
- O interesse legítimo da organização ou terceiros.

Quando o tratamento recair sobre dados pessoais de categorias especiais, basear-se-á na necessidade do tratamento para efeitos de ação social, interesse público ou o seu consentimento explícito.

Apenas utilizaremos os seus dados pessoais para as finalidades para os quais foram originalmente recolhidos, a menos que acreditemos razoavelmente que outra finalidade seja compatível com as finalidades originais e necessite de utilizar os seus dados pessoais para essa finalidade.

Se precisarmos de utilizar os seus dados pessoais para uma finalidade não relacionado, ou incompatível, com a(s) finalidade(s) para o(s) qual(is) foram originalmente recolhidos, informá-lo-emos e explicaremos o fundamento de licitude que nos permite fazê-lo.

Podemos, também, utilizar as suas informações no decurso de auditorias internas para demonstrar a nossa conformidade com as normas aplicáveis.

Em algumas circunstâncias, quando permitido ou exigido por lei, poderemos tratar os seus dados pessoais sem o seu conhecimento ou consentimento. Isto só será feito dentro dos limites da Legislação de Proteção de Dados e dos seus direitos. Podendo, igualmente, ser obrigados a recolher e tratar os seus dados para efeitos de investigação, notificação e deteção de crime, e também para cumprir as leis que a nós se aplicam.

A lista apresentada não é exaustiva, sendo que caso tenha dúvidas sobre as finalidades e fundamentos de licitude aplicados para o tratamento dos seus dados, por favor contacte-nos utilizando os dados abaixo indicados na Secção **Informações de contacto**.

CONSERVAÇÃO DOS DADOS

Conservamos os seus dados pessoais pelo período necessário e razoável e no âmbito da(s) finalidade(s) para os quais os recolhemos. Sendo que legislações à quais estamos sujeitos podem também exigir que conservemos os dados durante períodos diferentes. No entanto, findo esse período, os dados são eliminados.

Os períodos de conservação podem mudar significativamente quando fins de arquivo de interesse público ou motivos históricos, científicos ou estatísticos o justifiquem, comprometendo-se os SMCB a adotar as adequadas medidas de conservação e segurança.

Quando tivermos obtido o seu consentimento para tratar os seus dados pessoais, fá-lo-emos de acordo com a nossa Política de Proteção de Dados. Ao expirar o período para o qual deu o seu consentimento, procuraremos obter a atualização do seu consentimento. Se o consentimento não for concedido ou tenha retirado o consentimento, não continuaremos a tratar os seus dados e apagaremos caso não haja outro tratamento subjacente a esses dados.

MOTIVOS POR QUE PARTILHAMOS DADOS E TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS

Não partilharemos quaisquer dos seus dados pessoais com terceiros para quaisquer finalidades, com ressalva de algumas exceções devidamente enquadradas legalmente.

Assim, podemos partilhar os seus dados pessoais com o seu consentimento, no estrito cumprimento das obrigações legais cometidas aos SMCB ou no exercício de funções de interesse legítimo, num módulo de cooperação no âmbito do seu objeto atribuições dos SMCB, assim como, via subcontratação.

Independentemente das finalidades das partilhas, estas são responsabilizadas com acordos ou cláusulas de proteção de dados.

Deste modo, pode-se indicar como classes de destinatários:

- Município de Castelo Branco;
- Prestadores de serviços;
- Entidades reguladoras;
- Entidades financiadoras e intermediárias no acesso a fundos comunitários.

Em algumas limitadas circunstâncias, poderemos ser legalmente obrigados a partilhar determinados dados pessoais, que poderão incluir os seus, se estivermos envolvidos em procedimentos legais ou no cumprimento de obrigações legais, uma ordem judicial, ou sob instruções de uma autoridade governamental.

Acontece ainda que, os dados são armazenados em vários locais diferentes, incluindo em papel, nos sistemas da Organização e noutros sistemas informáticos (incluindo o sistema de correio eletrónico).

Assim, podemos armazenar alguns dos seus dados pessoais em países fora do Espaço Económico Europeu (EEE). Estes são conhecidos como "países terceiros". Tomaremos medidas adicionais a fim de assegurar que os seus

dados pessoais sejam tratados com os mesmos princípios de privacidade que seriam dentro do EEE e ao abrigo da Legislação de Proteção de Dados, como se segue:

- Só armazenaremos ou transferiremos dados pessoais em países que se considere que fornecerem um nível adequado de proteção de dados pessoais; ou
- Utilizaremos acordos de proteção de dados específicos e aprovados que garantam os mesmos níveis de proteção de dados pessoais que se aplicam ao abrigo da Legislação de Proteção de Dados.

SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

Com intuito de proteger os seus dados pessoais do acesso, uso ou divulgação não autorizados, ilícito, perda accidental ou destruição, utilizamos um conjunto de tecnologias e procedimentos de segurança considerados adequados e exigimos o mesmo nível de segurança aos nossos subcontratantes. Sendo que todos os nossos profissionais estão obrigados a sigilo profissional, bem como a obrigações de confidencialidade.

Também, temos procedimentos para lidar com violações de dados, incluindo a sua notificação quando somos legalmente obrigados a fazê-lo.

OS DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

Ao abrigo da Legislação de Proteção de Dados, os titulares dos dados têm os seguintes direitos, que nos esforçamos sempre por defender:

- O direito a ser informado sobre a recolha e utilização dos seus dados pessoais;
- O direito de aceder aos dados pessoais que temos sobre si;
- O direito a que os seus dados pessoais sejam retificados se algum dos seus dados pessoais na nossa posse estiver impreciso ou incompleto;
- O direito a ser esquecido, ou seja, o direito de pedir a eliminação dos seus dados pessoais que tenhamos na nossa posse;
- O direito à limitação (ou seja, impedir) o tratamento dos seus dados pessoais;
- O direito de se opor à utilização dos seus dados pessoais para uma determinada finalidade ou finalidades;
- O direito de retirar o consentimento. Isto significa que, se confiarmos no seu consentimento como fundamento de licitude para a utilização dos seus dados pessoais, é livre de retirar esse consentimento em qualquer altura;
- O direito à portabilidade dos dados. Isto significa que, se nos tiver fornecido dados pessoais diretamente, e estamos a tratá-los, por meios automatizados, com o seu consentimento ou para a execução de um contrato, pode solicitar-nos uma cópia desses dados pessoais para reutilizar com outro serviço;
- Direitos relacionados com a tomada de decisões automatizada e a elaboração de perfis.

Para mais informações sobre a nossa utilização dos seus dados pessoais ou sobre o exercício dos seus direitos, conforme descrito acima, queira contactar-nos utilizando os dados fornecidos na Secção [Informações de contacto](#).

É importante que os seus dados pessoais sejam mantidos exatos e atualizados. Se algum dos dados pessoais que temos sobre si sofrer alterações, corrija a informação junto dos SMCB.

Normalmente, não é cobrada qualquer taxa por um pedido. No entanto, se o seu pedido for "manifestamente infundado ou excessivo" (por exemplo, se fizer pedidos repetitivos), poderá ser cobrada uma taxa para cobrir os nossos custos administrativos na resposta.

Responderemos ao seu pedido dentro de um mês após a receção do mesmo. Em alguns casos, porém, particularmente se o seu pedido for mais complexo, poderá ser necessário mais tempo até um máximo de três meses a partir da data em que recebemos o seu pedido. Será mantido informado sobre o andamento do seu pedido.

Mais informações sobre os seus direitos podem também ser obtidas junto da Autoridade de Controlo – Comissão Nacional de Proteção de Dados (www.cnpd.pt).

Se tiver alguma queixa sobre a nossa utilização dos seus dados pessoais, tem o direito de apresentar uma queixa junto da Autoridade de Controlo – CNPD – a partir de <https://www.cnpd.pt/cidadaos/participacoes/>.

No entanto, gostaríamos de ter a oportunidade de resolver as suas preocupações nós próprios, por isso contacte-nos primeiro, utilizando os detalhes da Secção [Informações de contacto](#).

REDES SOCIAIS

Os SMCB usam as redes sociais para maior aproximação dos seus clientes e divulgação das suas ações e informações do interesse dos utilizadores, as quais não estão abrangidas por esta política de privacidade. Deste modo, caso o utilizador visite outro sítio a partir dos SMCB, deverá ler a política de privacidade do mesmo.

- Facebook: <https://www.facebook.com/privacy/center/>
- Instagram: <https://privacycenter.instagram.com/>
- LinkedIn: <https://www.linkedin.com/legal/privacy-policy?>

INFORMAÇÕES DE CONTACTO

Sobre qualquer assunto relacionado com os seus dados pessoais e proteção de dados poderá nos contactar por dpo@sm-castelobranco.pt.

ATUALIZAÇÕES

Podemos alterar esta Política periodicamente. Quando publicarmos alterações a esta Informação, iremos alterar a “data de atualização”. Quaisquer alterações deste tipo tornar-se-ão vinculativas na sua primeira utilização do nosso site após as alterações terem sido feitas. Aconselhamo-lo, portanto, a verificar esta página de vez em quando.

Em caso de conflito entre a versão atual da presente Política e qualquer versão anterior, as disposições em vigor prevalecerão, a menos que seja expressamente declarado o contrário.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Regulamento (UE) n.º 679/2016, de 27 de abril, REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD) DA UNIÃO EUROPEIA (UE), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados;
- Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, LEI DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados;
- Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro.